



CADERNO DE ENCARGOS

"Empreitada de fornecimento, transporte, preparação e montagem de equipamentos para 2 parques Infantis com respetiva certificação, para a valência do Rochoso",
propriedade do Instituto de São Miguel

CCP 0001-2024

Cláusula 1ª. Objeto

1 - O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar e tem por objeto principal a **“Empreitada de fornecimento, preparação e montagem de equipamentos para 2 parques Infantis com respetiva certificação, para a valência do Rochoso”, propriedade do Instituto de São Miguel, sendo constituído por um único lote de serviços.**

Cláusula 2ª. Contrato

1 - O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e anexos.

2 - Para efeitos do disposto do número anterior, consideram-se integrados no contrato:

a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que tais erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;

b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;

c) O caderno de encargos com respetivo anexo A;

d) A proposta adjudicada;

e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo Fornecedor;

f) Todos os outros documentos que sejam referidos no clausulado contratual ou no caderno de encargos.

3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados;

Cláusula 3ª. Prazo

1 - O contrato mantém-se em vigor até ao integral cumprimento dos serviços em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato. A entrega e execução dos serviços deverá ser efetuada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato.

Cláusula 4ª. Obrigações principais do fornecedor

1 - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais da celebração do contrato, decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:

a) Obrigação de execução dos serviços com as características constantes nas especificações técnicas no Anexo A;

b) Obrigação de garantia dos serviços e bens, mínima de 3 anos.

c) Prestação de formação inicial por técnicos especializados, a pessoal operador, de modo a que seja assegurado o correto manuseamento e manutenção dos equipamentos.

2 - A título acessório, o fornecedor fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à execução e fornecimento dos bens, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 5ª. Local e condições execução e entrega dos bens

1 - Os serviços e bens objeto do contrato devem ser executados no prazo máximo de 60 dias após assinatura do contrato, no seguinte local: Casa de Trabalho Jesus Maria e José – Rochoso;

2 - Todas as despesas e custos com os serviços de execução e transporte de bens objeto do contrato e respetivos documentos para o local de entrega são da responsabilidade do fornecedor.

Cláusula 6ª. Preço contratual

1 – Pela execução dos serviços e bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao fornecedor os preços constantes da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2 - O preço base para o Lote único é de **19.990,00€ (dezanove mil novecentos e noventa euros, valores sem IVA);**

3 - Os preços referidos no número 2 incluem todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída a entidade adjudicante, incluindo, nomeadamente os relativos ao transporte de bens e serviços que são objeto do contrato para os respetivos locais de entrega, a montagem, reciclagem e entrega de resíduos em entidade credenciada para o efeito, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 7ª. Critério de Adjudicação

O critério de adjudicação será o da proposta com o melhor preço.

Cláusula 8ª. Propostas Variantes

Não serão admitidas propostas variantes.

Cláusula 9ª. Condições de pagamento

1 - As quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 dias após a receção pelo Instituto de São Miguel – Rua 31 de Janeiro n.º 54 – 6300-769 Guarda, da respetiva fatura emitida, a qual só pode ser emitida após o vencimento da obrigação respetiva e após execução dos serviços.

2 - Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

3 - As faturas deverão ser emitidas em nome da Instituto de São Miguel - Casa de Trabalho Jesus Maria e José, Rua 31 de Janeiro n.º 54 – 6300-769 Guarda, com o número de contribuinte 500 876 860, com referência aos documentos que lhe deram origem, isto é, deve especificar o n.º do processo de CCP N.º 0001-2024.

4 - Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos n.ºs 1 e 3, as faturas serão pagas por transferência bancária.



Cláusula 10ª. Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

a) Pela mora no cumprimento das obrigações emergentes do presente contrato 0,18% do preço contratual e por cada dia de atraso.

b) Pelo cumprimento defeituoso da obrigação, até o valor de 10% do preço contratual.

2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, a entidade adjudicante pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até ao valor de 20% do preço contratual.

3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo fornecedor ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos serviços e bens objeto do contrato cujo atraso na entrega tenha determinado a respetiva resolução.

4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.

5. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelos danos decorrentes da mora no cumprimento, cumprimento defeituoso e incumprimento definitivo.

Cláusula 11ª. Objeto do dever de sigilo

1 – O prestador deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 – A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.



3 – Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que forem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 12ª. Força maior

1 – Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 – Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 – A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

4 – A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 13ª. Resolução por parte da entidade adjudicante

1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

Cláusula 14ª. Resolução por parte do fornecedor

1 - O fornecedor pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332º do CCP.

Cláusula 15ª. Foro competente

1 - Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo e fiscal de Viseu, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 16ª. Subcontratação e cessão da posição contratual

1 - A subcontratação pelo prestador de serviços, e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 17ª. Comunicações e notificações

1 - Sem prejuízo de serem acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificadas no contrato.

2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 18ª. Contagem dos prazos

1 - Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 19ª. Legislação aplicável

1 - O contrato rege-se pela lei portuguesa. Em tudo o omissso no presente caderno de encargos e convite à apresentação de proposta observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos.

Guarda, 27 de fevereiro de 2024.

O Presidente do Conselho Coordenador do Instituto de São Miguel:



ANEXO A

“CCP N.º 0001-2024 - Empreitada de fornecimento, preparação e montagem de equipamentos para 2 parques Infantis com respetiva certificação, para a valência do Rochoso”, propriedade do Instituto de São Miguel”

Listagem mínima de serviços a executar no Pátio da Frente (Rochoso):

- 1 - Trabalhos de construção civil para remoção do pavimento e da estrutura de trepar existente, transporte dos resíduos para vazadouro autorizado e limpeza da base;
- 2 – Fornecimento, transporte e colocação de ± 9 m² de pavimento Sintético de 40mm, em Placa SBR ou equivalente (desde que seja Certificado para uma altura máxima de queda de 1,5m respeitando a norma EN 1177), com opção de cor Verde ou vermelho;
- 3 – Fornecimento, transporte e aplicação de um jogo da Macaca.

Listagem mínima de serviços a executar no Pátio da Traseiro (Rochoso):

- 1 – Trabalhos de construção civil para remoção do pavimento existente, túnel (manilhas) e estrutura de trepar existente, incluindo transporte de resíduos para vazadouro autorizado e limpeza da base;
- 2 – Trabalhos de construção civil para demolição de duas caixas rebaixadas, e dois pneus existentes incluindo transporte dos resíduos a vazadouro autorizado;
- 3 – Trabalhos de construção civil para enchimentos das caixas existentes e regularização da base ± 28 m², através da execução de argamassa de betonilha de enchimento e regularização com cerca de 5cm;
- 4 – Fornecimento, transporte e montagem de um equipamento Multifunções Oliver da CRP ou equivalente.

Caraterísticas mínimas ou equivalentes:

Dimensão: 2870 x 5650 x 3010 mm

Área de Segurança: 6370 x 8650 mm

Altura de Queda Livre: 1200 mm

Fixação:

Através de chumbamento ou bucha metálica.

Características dos materiais:

Postes em madeira laminada, painéis em HDPE, tubos em aço zincado, redes reforçadas com cabo de aço.

Cores (as opcionais disponíveis);

Idades Recomendadas: 1 a 12 Anos;

5 – Fornecimento, transporte e aplicação de ± 201 m² de pavimento Sintético de 40mm, em Placa SBR ou equivalente (desde que seja Certificado para uma altura máxima de queda de 1,5m respeitando segundo a norma EN 1177), com opção de cor Verde ou vermelho;

6 – Fornecimento, transporte e aplicação de um jogo da Macaca e um Jogo do Galo.

Observação: Deverão ser fornecidas fichas técnicas relativas aos produtos e materiais contidos na proposta;

O Presidente do Conselho Coordenador do Instituto de São Miguel:

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Garcia Furtado da Silva', written over a horizontal line.